

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Agropalma S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no Brasil, com sede na Rodovia PA 150, Km 74, na cidade de Tailândia, Estado do Pará, fundada em 30 de setembro de 1981, e tem como o objeto principal o cultivo de palmeira de dendê e quaisquer outras culturas, a extração e a comercialização de óleos vegetais, a manutenção, como atividade secundária, de uma escola de educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio), e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros.

A qualidade superior dos nossos produtos e processos é reconhecida em todo o mundo. O óleo bruto é produzido nas fábricas de Tailândia e Acará, localizadas no estado do Pará. Geramos mais de 4 mil empregos diretos e mantemos agrovilas com completa infraestrutura para os nossos colaboradores.

O óleo de palma e seus derivados têm diversas aplicações nas indústrias alimentícia e óleo química, dentre elas: frituras, aspersão de extrusados, chocolates, massas, margarinas, cremes vegetais, biscoitos, sorvetes, cosméticos, detergentes, sabões e sabonetes.

A Companhia faz parte do Conglomerado Alfa, que possui investimentos relevantes em instituições financeiras (Banco Alfa de Investimento, Banco Alfa, Financeira Alfa, Alfa Arrendamento Mercantil e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) e em empresas não financeiras dos ramos de varejo de materiais para construção, reforma, decoração e artigos para jardinagem (C&C Casa e Construção), hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis), águas minerais (Águas Prata), alimentos (Sorvetes La Bosque), cultural (Teatro Alfa) e comunicação (Rádio Transamérica e TV Transamérica), entre outras.

2. Apresentação das demonstrações contábeis**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria ocorrida em 31 de março de 2020.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de elaboração ou mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

d) Transações em moedas estrangeiras

Convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real - R\$), utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas, também, utiliza-se o conceito da essência sobre a forma.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos estão descritas na Nota 4.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas referidas demonstrações e que receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

3.1. Instrumentos financeiros**a) Ativos financeiros**

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), contas a receber de clientes (Nota 6), instrumentos financeiros derivativos (Nota 16) e contas a receber de partes relacionadas (Nota 18). A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são representados por fornecedores (Nota 12), fornecedores - partes relacionadas (Nota 18), empréstimos e financiamentos (Nota 13), obrigações tributárias (Nota 15), mútuos com partes relacionadas (Nota 18), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros incorridos até as datas dos balanços, sendo classificados como passivos financeiros avaliados ao custo amortizado.

c) Método da taxa efetiva de juros

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro de dívida e alocar seu resultado financeiro ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como operação de swap para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de swap são reconhecidos ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período. Essas operações foram designadas para contabilidade de hedge. A Companhia formalmente designa e documenta: a relação de hedge, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia para assumir o hedge. A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o item protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia avalia se a relação de hedge atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de não efetividade de hedge e determinação do índice de hedge). Uma relação de hedge se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia: Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura. O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam relação econômica. O índice da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade, o item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. A Companhia possui o hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

3.3. Contas a receber de clientes e provisão para perda de crédito esperada

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo o risco de realização avaliado pela Administração, que, quando necessário, constitui provisão perdas de crédito esperadas com base no estudo de histórico de faturamento, recebimento e perdas.

O valor das perdas de crédito esperadas foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos (Nota 6) e já considerando os efeitos da mudança do CPC 48, as quais estabeleceram com base histórica o percentual de perda por faixa de vencimento. A companhia efetuou estudo sobre o histórico de faturamento, recebimentos e perdas dos últimos 5 anos e aplicou a regra de regressão e proteção para exercícios futuros, com base em curva A, B,C,D e F. A partir do resultado desse estudo foi calculado as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD perspectiva e contabilizado a perda no resultado.

3.4. Estoques e provisão para perdas de estoque

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração por meio das perdas ocorridas entre a data de realização do último inventário físico e a data-base de apresentação das demonstrações contábeis.

O estoque não deve ser escriturado por quantia superior àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso, por isso a companhia efetua a avaliação do valor realizável líquido do estoque considerando na análise o preço de venda líquido de impostos e fretes praticado no mercado versus o valor de custo médio por produto, caso o valor do custo for maior que o valor o valor realizável líquido constitui-se uma provisão redutora no estoque. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresentou

continua →